



TEORIZANDO A PERSPECTIVA FEMINISTA NO CAMPO DO CONHECIMENTO POLÍTICO: O TRÂNSITO DOS CONCEITOS, MODELOS E ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS DA POLÍTICA E DO POLÍTICO

Breno Henrique Ferreira Cypriano¹

A estratégia feminista de inserção nos espaços acadêmicos, neste caso principalmente nos espaços de pesquisa e ensino sobre a política, foi buscar a construção de um diferente enquadramento teórico (*theoretical framing*), díspar daquele que é apresentado pela corrente hegemônica do campo do conhecimento político (entendendo hegemonia aqui no sentido normativo, relativo à dominância e à proeminência de uma corrente nos principais debates teóricos). Assim, é importante ressaltar que a incorporação da discussão feminista não poderia ser feita a partir de quaisquer outras perspectivas teóricas, tal como a teoria clássica da dominação formulada por Weber, as teorias sobre os movimentos sociais, ou mesmo a teoria democrática, por exemplo, isto porque não haveria, de forma geral, em nenhuma destas teorias a abertura analítica à incorporação de *conceitos historicamente politizados* pelo feminismo, bem como que os preceitos e dimensões teóricas não confluiriam com o projeto aspirado, que é: “[...] a teoria feminista tem três características intimamente relacionadas: um compromisso normativo com a emancipação das mulheres, um compromisso científico com a explicação da opressão das mulheres e um compromisso prático com a transformação social.” (McCLURE, 1992, p. 348, tradução nossa). Acrescenta-se ainda que seja de suma importância para a agenda feminista a convergência entre um compromisso normativo e científico com um novo projeto societário onde gênero não esteja a serviço da dominação e hierarquização.

Delimitando, então, o espaço de interlocução, neste caso o discurso sobre um conhecimento peculiar da política, deve-se aqui acrescentar a ideia de campo. Pode-se dizer que a noção de “campo” fornece uma compreensão específica sobre a dinâmica estabelecida pelo pesquisador e teórico, enquanto tal, numa relação com o mundo, e também nas suas relações com o real que está imbricado nas práticas institucionais. Nesse sentido, é importante ressaltar que o objeto central desta análise seria, segundo Marlise Matos (2008), o campo do conhecimento, ou “[...] *campo científico [que]* é entendido como o espaço de jogo de uma luta concorrencial pela busca do

¹ Doutorando em Ciência Política, Mestre em Ciência Política e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: brenocypriano@yahoo.com.br



monopólio da autoridade científica, sendo esta o resultado da soma da capacidade técnica e do poder social.” (MATOS, 2008, p. 340-341, *itálicos da autora*). Ainda, para a compreensão da influência feminista na teoria, filosofia e ciência política, de extrema centralidade para este projeto, soma-se à ideia de campo científico e do conhecimento, um campo propriamente de gênero e feminista, onde se articulam e se relacionam as teorias de gênero e feministas. Segundo Matos,

[...] o *novo campo de gênero* na medida em que bem acionado e articulado, [*pode*] colocar em xeque a univocidade de sentido dos binarismos de toda ordem – e não apenas aquele entre masculino e feminino – e dessa forma expandir imensamente seu potencial analítico, tornando possível sua incorporação em áreas que durante séculos foram impermeáveis a críticas nesse sentido.²

Acredita-se, portanto, ser necessária uma abordagem sobre estes campos que parte das seguintes premissas: (i) a objetividade do conhecimento ao invés da neutralidade (TAYLOR, 1994 [1971]); (ii) a problematização do conhecimento inter e transdisciplinar, o que comporia a noção de campo; e, (iii) a problematização das subjetividades no campo do conhecimento político, pois ela perpassa igualmente pelo “reenquadramento” e o “deslocamento” dos modelos analíticos e conceituais: se iniciando a partir de uma noção limitada de sujeito moral de hábitos (no início do século XIX), para um sujeito “normal” individualizado das constituições (na última parte do século XIX), e daí a um objeto social coletivamente compreendido através da solidariedade ou da alienação e anomia (na virada do século XX), direcionando-se para o cidadão de direitos e obrigações nos regimes de proteção social e de seguro social para, finalmente, se dirigir a um sujeito “profundamente” autônomo com escolhas e identidade própria (ROSE, 1999). Muitas vezes o *mainstream* das ciências sociais – devido, principalmente, à sua tradição empiricista – negou espaço e centralidade a algumas categorias subjetivas, concentrando sua atenção e dando predominância à concepção individualista da modernidade e do behaviorismo. Retomando a centralidade do elemento hermenêutico e da interpretação no campo das ciências sociais, Charles Taylor (1994 [1971]) propõe uma visão que consiga lidar com a confusa rede inter-relacionada de conceitos relativos às ciências do homem. Deste modo, para o autor:

O que a falta à ontologia da ciência social *mainstream* é a noção de significado delimitada não simplesmente por um sujeito individual; de um sujeito que pode ser um “nós”, bem como um “eu”. A exclusão desta possibilidade, do comunal, vem mais uma vez da nefasta influência da tradição epistemológica para a qual todo o conhecimento tem de ser reconstruído a partir das impressões estampadas no sujeito individual. Mas se nós nos libertarmos desses preconceitos, isso parece uma visão amplamente implausível sobre o desenvolvimento da consciência humana; estamos cientes do mundo através de um “nós” antes de sermos um “eu”. Daí, precisamos de uma distinção entre o que é pouco comum, no sentido do que cada um de nós tem em nossos mundos individuais, e o que está no mundo comum. Mas a própria ideia de algo que existe no mundo comum

² MATOS, Marlise. *Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um campo analítico novo para as Ciências Humanas e Sociais*. Estudos Feministas, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008, p. 339, *itálicos da autora*.



em oposição ao que existe em todos os mundos individuais é totalmente opaca à epistemologia empirista, e assim não encontra lugar na ciência social dominante.³

A demanda de que se tenha numa teoria sobre e da política um “sujeito” é importante para que a teorização se fundamente a partir dele, detendo-se sobre a linguagem que ele emana, do que ele proporcionaria em suas análises e nas descrições institucionais, ao passo que, a infalibilidade da política dependeria destas fundamentações e premissas básicas (BUTLER, 1998 [1990], p. 13). Judith Butler (1998 [1990]) proporciona uma abordagem que entrelaça a noção de sujeito ao resgate do domínio do político com os questionamentos críticos à própria realização do sujeito. Enquanto uma questão inerentemente política, a crítica dos sujeitos, por sua vez, não poderia ser politicamente informada, já que é, antes de tudo, um próprio questionamento da política enquanto tal. De acordo com a autora, não se poderia dizer que o sujeito esteja engajado num campo propriamente político, visto que ele ou ela próprios já são um advento previamente regulado e produzido. A partir daí, percebendo que as versões dos sujeitos seriam politicamente insidiosas, poder-se-ia destacar que o sujeito “[...] talvez [seja] mais político no ponto em que se alega ser anterior à própria política.” (BUTLER, 1998 [1990], p. 22, negritos da autora).

O que se quer aprofundar aqui é que a busca feminista por uma concepção de sujeito (mesmo que seja equivocada, ao se basear numa posição que, supostamente, seria fundamentalista) pressupõe que a categoria “mulheres” referir-se-ia a um campo perpassado por diferenças “indesignáveis” e que, desta forma, não poderia se reduzir ou mesmo se totalizar em uma única identidade descritiva. As críticas de feministas pós-colonialistas e feministas negras contribuíram para a permanência dessa noção aberta, “um lugar de permanente abertura e re-significação”. Butler acredita que este tipo de contenda entre as feministas sobre o conteúdo do termo/categoria deveria ser mantido, pois esta seria a base do “fundamento infundado da teoria feminista”, pois o ato de desconstrução do sujeito do feminismo permitiria, “[...] num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem [possam] emergir.” (BUTLER, 1998 [1990], p. 25). Assim sendo, o sujeito político do feminismo seria concebido da seguinte forma:

No feminismo, parece haver uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, e não vou contestar essa necessidade. Esse é certamente o modo como a política representativa funciona e, neste país [Estados Unidos], os esforços de lobby são virtualmente impossíveis sem recorrer à política de identidade.

³ TAYLOR, Charles. *Interpretation and the science of man*. In: MARTIN, M.; MCINTYRE, L. C. (Eds.). *Readings in the philosophy of social science*. Cambridge: MIT Press, 1994. p. 181-211 [versão original: *Interpretation and the science of man*. *Review of Metaphysics*, v. 25, p. 3-51, 1971], p. 198, tradução nossa.



Assim, concordamos que manifestações, esforços legislativos e movimentos radicais precisam fazer reivindicações em nome das mulheres.⁴

Desta forma, o sujeito político “mulher” ou “mulheres” demandaria uma reflexiva conscientização acadêmica. Logo, compreende-se o percurso do feminismo nos espaços da academia como uma “tradução” do seu campo ativista, onde haveria uma reflexão teórica de um movimento ativista emancipatório que, por sua vez, critica modelos “falidos” – como é caso do patriarcado, do contrato social e de premissas centrais ao liberalismo – e que, por isso, haveria diversas tentativas que procurariam repor tais modelos. Porém, a relação inversa, do movimento com a teoria feminista, não foi sempre tão harmoniosa. Segundo Andrea Nye (1995 [1988]), acompanha a teoria feminista contemporânea um senso de frustração, já que o trabalho intelectual e a filosofia pareceriam “um luxo” inalcançável a todas as mulheres e que, a partir disto, haveria uma ligeira impressão de conforto ao serem estabelecidas as relações de uma mulher com outras na militância do movimento feminista. Porém, como a autora ressalta, no espaço da militância, muitas vezes, as metas almejadas são frustradas e, portanto, as feministas militantes necessitam buscar na produção acadêmica, o apoio imprescindível para prosseguir na luta política. Dessa forma, o recém-criado feminismo acadêmico esforçou-se em estabelecer um diálogo com as demais militantes do movimento, como mostram Silvia Yannoulas, Adriana Vallejos e Zulma Lenarduzzi:

Apesar da diferença entre os espaços de atuação, objetivos, metodologias ou estratégias de poder que adotam, acadêmicas e militantes nutrem-se mutuamente: as militantes assinalando constantemente os pontos problemáticos que precisam ser estudados pelas acadêmicas; as acadêmicas oferecendo saberes legitimados cientificamente para a construção de estratégias e planos de ação por parte das militantes.⁵

Nye (1995 [1988]) ressalta que, para a militância feminista, haveria um dilema a ser enfrentado no seu encontro com o feminismo acadêmico: aquele referente à pluralidade de perspectivas, como o feminismo marxista, o radical, o lésbico e o francês (vinculado à psicanálise e ao desconstrucionismo), como também, hoje, acrescenta-se o feminismo pós-estruturalista e o pós-moderno. Tal dilema coloca frente a frente diversos pontos como a revolução socialista, a luta por direitos sexuais, a revolução sexual e os escritos de mulheres (*écriture féminine*). São diversas opiniões que buscam superar um passado (e presente) sexista, mas cada uma das perspectivas em questão produziu teorias distintas, que por sua vez, particularmente, têm uma história “[...] na qual seu significado foi elaborado por uma prática feminista e não-feminista.” (NYE, 1995 [1988], p.

⁴ BUTLER, Judith P. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. Cadernos Pagu, v. 11, pp.11-42, 1998 [versão original: *Contingent foundations: feminism and the question of “postmodernism”*. Greater Philadelphia Philosophy Consortium, set., 1990. mimeo]. p. 24, negritos da autora.

⁵ YANNOULAS, Silvia; VALLEJOS, Adriana; LENARDUZZI, Zulma. *Feminismo e academia*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n.199, pp.425-51, 2000. p. 427.



14). Com isto, Nye concluiu que, devido às adversidades dentro da ciência e da teoria, onde há a sub-valorização das mulheres e de suas expressões e valores, não há sequer a possibilidade de se pensar em uma teoria feminista “pura”.

Outra questão de fundamentação da teoria feminista contemporânea é a envergadura de três modelos teórico-conceituais diferenciados (MATOS, 2002) que dão ao feminismo um caráter eminentemente plural. Por via do surgimento do feminismo acadêmico e sua interlocução com as fases teóricas vigentes num certo período temporal, percebeu-se o deslocamento do monismo para o dualismo e ainda para um pluralismo perspectivo. Matos (2002) distingue a perspectiva analítica feminista nesses três momentos, ou seja, em três modelos: (i) o primeiro modelo, que confluiria com as tradições liberal e marxista, onde existiria exclusivamente “[...] o sexo masculino, superior em sua posição de autoridade, de mando.” (MATOS, 2002, p. 165); (ii) o segundo modelo, que referir-se-ia principalmente ao funcionalismo de Talcott Parsons, abordagem pela qual “[...] os homens deveriam se comportar de modo racional/instrumental, e as mulheres, de modo afetivo/expressivo, vivenciando os atributos da teoria dos papéis sexuais que redundou na aceção igualmente tradicional de mundo público/masculino e mundo privado/feminino.” (MATOS, 2002, p. 166); e, (iii) o terceiro modelo, concernindo com a contemporaneidade e os projeto pós-modernos, refere-se à multiplicidade de dimensões, configurando a fase do “multissexualismo” e a ênfase nos “[...] performativos, as ações: uma espécie de pragmatismo de gênero que se baseia em experiências que são, ao mesmo tempo, subjetivas e sociais.” (MATOS, 2002, p. 167).

Ainda que essas rápidas argumentações de defesa sejam aparentemente satisfatórias, elas precisariam de um esforço ainda maior para uma argumentação que justifique o que hoje é conhecido como “teoria política feminista”. Mesmo porque será recorrente deparar-se com este paradoxo, sobre a existência ou não deste campo de saber no estudo da política, e por isso, seria e é preciso também recuperar as bases anti-feministas de tal discussão. Ainda porque uma noção recente de teoria política feminista é a percepção de uma atuação ampliada, mas desarticulada do conhecimento feminista, como é colocado por Mary Dietz (2007, p. 3, tradução nossa):

[...] a força da teoria política feminista acadêmica não reside tanto no esforço de articular ‘a’ teoria (da política, democracia, globalização, cidadania, ou qualquer outra coisa), mas sim nas suas capacidades em desajustar visões convencionais e pressupostos não examinados, divulgando as ‘escondidas’ estruturas da dominação, ordem de classificação, injustiça, discriminação, sujeição, e subordinação, desafiando as influências corruptoras dos poderes hegemônicos, identificando venenos e abandonamentos (incluindo aqueles que impõe um sistema de moralidade ‘igual para todos’) no corpo político e assim por diante.⁶

⁶ DIETZ, Mary G. *Political theory, feminist theory: an interview with Mary G. Dietz*. Gender: dynamic, v. 18, n. 1, p. 1-7, 2007. p. 3, tradução nossa.



Em contraposição à visão de Dietz, uma das críticas ao feminismo, que resvala sobre a discussão sobre a relevância *teórica* do feminismo, foi elaborada por Richard Rorty (2007 [1993]), que ao se indagar sobre as metas políticas do movimento, notou que é este o mais promissor movimento radical de esquerda (tal como era o comunismo) na atualidade, mas que, em contrapartida, se limitaria a propostas políticas reformistas e não revolucionárias. O que restaria de resquícios de revoluções no feminismo só operariam no nível da consciência, seriam “meramente” revoluções filosóficas. Segundo Rorty:

[...] inúmeras feministas acham que somente enfrentando algum enorme mal intelectual, do tipo que os filósofos se especializam em localizar (algo da escala do logocentrismo, ou do ‘binarismo’, ou do ‘pensamento tecnológico’) – interpretando e mal como intrinsecamente machista, e o machismo, como apoiando-o ou aquiescendo nele –, é que eles poderão atingir a radicalidade e o alcance que sua tarefa parece exigir.⁷

Poder-se-ia dizer que o argumento de Rorty tem validade, principalmente ao notarmos que as três características básicas do feminismo, como colocado por McClure (1992), estariam ainda longe de ser atingidas. Porém, um argumento oposto, que direciona uma crítica a todos os anti-feministas e aqueles “politicamente corretos” do meio acadêmico, é feita por Susan Bordo (2000 [1999]), ao expor que reiteradamente as feministas são tratadas como o “Outro” na academia, já que é notável o vestígio de sexismo que procura manter os estudos feministas na periferia. Isto se dá porque os homens seriam aqueles que se preocupam com o universal, o “essencial”, e as mulheres seriam aquelas que se atêm às diferenças. Como argumenta Susan Bordo, a regra seria: “[...] ou se trabalha com gênero ou se desenvolve um crítica de amplo escopo – escolha uma.” (BORDO, 2000 [1999], p. 11). O que a autora pretende nos chamar atenção é que, muitas vezes, o mérito e a importância de autoras feministas não são reconhecidos, ao menos que elas provem a “sua masculinidade” para serem ouvidas (o que faz perceber onde e como se configura o “poder acadêmico”).

Já a referência aos conceitos do que é “a” política e do que é “o” político retoma a distinção entre o nível ôntico e o ontológico (Cf. MOUFFE, 2005). Tal discernimento refere-se às seguintes categorias heideggerianas: (a) *ontologia* utilizada quando é colocado em questão a natureza, a estrutura ou o significado da existência, preocupando-se com a compreensão e investigação de Ser, as bases e fundamentações do Ser, ou mesmo, o conceito do próprio Ser; e, (b) *ôntica*, que em contraste com o termo ontológico, fornece as características descritivas de um ente particular, em adição aos fatos “simples” de sua existência. Como Anne Phillips (1991, p. 92) discorre, a teoria

⁷ RORTY, Richard. Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Uma mapa da ideologia*. 3. reimp. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2007 [versão original: Feminism, ideology, and deconstruction: a pragmatist view. *Hypatia*, v. 8, n. 2, 1993, p. 96-103], p. 232.



feminista, ao deter-se sobre as questões relativas à democracia, procurou contornar e debater os significados do que é “a política” e o que é “o político”. Segundo a autora, as fronteiras e limites, bem como a distinção, do que é “público” e do que é “privado” devem ser problematizados, a fim de se estabelecer uma compreensão mais ampla e benéfica dos próprios conceitos políticos. Mas, cabe ressaltar que desconhece-se alguma tentativa feminista que, com êxito, tenha discutido a fundo “a” política (EVANS *et al.*, 1987; McCLURE, 1992).

Poder-se-ia dizer que o conceito politicamente orquestrado que foi avançado nas tentativas feministas foi o de patriarcado, já que ele forneceu o instrumental analítico para se compreender a estabilização, e também para se repensar as hierarquias existentes entre os sexos nas relações políticas. Judith Butler (1993; BUTLER; LACLAU; ŽIŽEK, 2000) é a teórica feminista que mais se aproximou de uma discussão mais adensada sobre “a” política, já que, segundo ela, a partir de uma interpretação radical da democracia, a luta e a ideia de “futuridade” influenciariam o papel do teórico, que seria o de aderir a esta luta para moldar “a” política, como também “o” político. A partir da concepção desta autora as fronteiras entre o ôntico e o ontológico passaram a estar borradas; quer dizer, “a” política se confundiu com “o” político. A desestabilização paradigmática no nível ôntico – principalmente o impacto do conceito de política arendtiano – na questão sobre “o” político provocou tanta instabilidade teórica, que a abordagem feminista viu-se solicitada a incrementar os paradigmas ontológicos. Diferente da noção de Laclau e Mouffe (2004 [1985]), a teoria feminista caminhou contra a corrente: ao propor novos paradigmas ontológicos agora há a da redefinição do conceito de política – que incluiria uma visão que contempla os micropoderes, a pulverização institucional, o *locus* anti-patriarcal, anti-maculinista, considerações anti-dicotômicas e anti-binárias, bem como ainda considera a dinâmica da transnacionalização e do agonismo.

É justamente a sensibilidade e a percepção feministas sobre “o” político que também fizeram convergir elementos desta transição, já que uma nova noção de “público”, desta vez ampliada e renovada, assim como a percepção do privado e do pessoal já interpelados como conceitos inerentemente politizados (como a família, a reprodução, o cuidado, o corpo), contribuem para se superar, ultrapassar as relações desiguais de poder generificadas. A disputa entre os movimentos feministas latino-americanos sobre a noção do político, ou pensado como antagonismo, ou pensado como agonismo também traduzem esta mudança paradigmática. A partir da ideia de uma quarta “onda”, que estaria sendo vivenciada atualmente pelos movimentos feministas na América Latina (principalmente os brasileiros), orientar-se-ia, segundo Matos (2010), para a conformação de “circuitos de difusão feminista” que têm sido operados a partir de distintas



correntes horizontais do feminismo, as quais orientar-se-iam em direção às diversas arenas paralelas de atuação dos movimentos no âmbito da sociedade civil, como também, a partir das fronteiras existentes entre a sociedade civil e o Estado. Esse momento é, sem dúvida aquele que Marta Lamas (2000, p. 5, tradução nossa) chama a atenção: “[m]uitas feministas já funcionam mais a partir de realidades políticas do que de posturas ideologizadas: assumem a dimensão pragmática da intervenção política e começam a manifestar paixão por negociar conflitos.”

Poder-se-ia dizer que sem o desejo pelo conhecimento sobre “a” política e “o” político, ao feminismo restaria, ou aceitar que as mulheres não lutariam e depreciariam o poder, ou, então, lutar especificamente por direitos (KIRKWOOD, 1985). Para Kirkwood (1985, p. 67, tradução nossa), não haveria um “[...] modelo alternativo válido para desafiar o paradigma patriarcal, o conhecimento que temos vestido e adornado.”, porém, a partir do papel político do ativismo feminista e entendendo que a teoria antecederia e procederia a ação, para Breny Mendoza (2009, s/n):

Como toda construção teórica inserida dentro da lógica da colonialidade do poder, o eurocentrismo e o masculinismo, a construção de uma nova teoria feminista latino-americana passa primeiro por uma desconstrução da teoria feminista ocidental, que até agora tem assentado as pautas do pensamento feminista latino-americano, e, logo se reconstruir como uma teoria feminista descolonial e pós-ocidental pautada desta vez por seu próprio contexto geopolítico-cultural.⁸

Assim, como diz Maffía (2003, p. 76, tradução nossa), “[...] as mulheres convidam a repensar a linguagem, a investir em novas energias [...] Temos algo mais para contribuir nas mudanças plurais, uma intransigência semântica: só chamaremos ‘democracia’ a um sistema capaz de desnaturalizar todas as formas de hegemonia e subordinação.”. Desta forma a contribuição feminista que esta análise trouxe é para se pensar não na política simplesmente no Estado, ou então na esfera política, mas a política como um processo de tradução entre as perspectivas feministas e de outros atores e sujeitos políticos no Estado e nas mais variadas esferas da vida. Boaventura Santos (2007) coloca que o trabalho de tradução incidiria tanto sobre os saberes como nas práticas dos sujeitos políticos, o que por sua vez possibilitaria uma possível inteligibilidade recíproca entre os entes. Sonia Alvarez (2009) pontua que sendo a tradução um processo de abertura à/ao outra/o ela seria “[...] política e teoricamente indispensável para forjar epistemologias e alianças políticas feministas, antirracistas e pós-coloniais/pós-ocidentais [...]” (ALVAREZ, 2009, p. 743). Para esta noção de “política como tradução”, confluindo com a experimentação desta quarta onda, deve-se atentar para duas possíveis direções do processo de tradução: do movimento à academia e do

⁸ MENDOZA, Breny. *Hacia una nueva teoría feminista latinoamericana (a partir del golpe de estado en Honduras)*. Disponível em: <<http://hondurasenlucha.blogspot.com/2009/11/hacia-una-nueva-teoria-feminista.html>>. Acesso em: 21 dez. 2009, tradução nossa.



movimento/academia ao Estado, possibilitando uma agenda pública em interesses mínimos compartilhados. Desta forma, acredita-se que esta seria uma norma invocada para aqueles e aquelas que procuram aprofundar e ampliar as práticas democráticas, admitindo que as experiências de exclusão, de opressão e marginalização levam às demandas por inclusão (YOUNG, 2000).

Ainda que, possivelmente, a indignação de um conceito sobre “a” política seja uma necessidade hegemônica, o papel teórico feminista recorrido para este caso seria estritamente o de desestabilização. A busca por politização de vários conceitos, inflexionando o que seria “o” político, foi e é uma estratégia contra-hegemônica, além de que a multiplicidade de sentidos para “a” política seria o que caracterizaria a radicalidade do feminismo. Porém, a movimentação política na academia e na militância política, ao adentrar dentro dos espaços estatais e ao exigir que “o pessoal é político”, tem demonstrado a necessidade de se pensar em um parâmetro comum sobre o que seria “a política” através da estabilização teórica que seja crítica, emancipatória e pragmática. Se por um lado a teoria feminista se deteve quase exclusivamente nas discussões sobre justiça social, pôde-se notar a retomada da discussão sobre a democracia, já que, para superar a opressão e a dominação generificadas há a necessidade de instrumentos democráticos que deem conta da inclusão. “A” política como tradução não nega completamente a noção arendtiana de “política como liberdade”, mas pretende-se ir além dela.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia E. *Construindo uma política feminista translocal da tradução*. Revista Estudos Feministas, vol. 17, n.3, p. 743-753, 2009.
- ARRUDA, Ângela. *Teorias da representação social e teorias de gênero*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 127-147, 2002.
- BORDO, Susan. *A feminista como o outro*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2000 [versão original: The feminist as other. In: BORDO, S. Twilight zones: the hidden life of cultural images from Plato to O. J.. Berkeley: University of California Press, 1999. p. 192-211].
- BUTLER, Judith P. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York and London: Routledge, 1993.
- _____. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. Cadernos Pagu, v. 11, pp.11-42, 1998 [versão original: Contingent foundations: feminism and the question of “postmodernism”. Greater Philadelphia Philosophy Consortium, set., 1990. mimeo].
- BUTLER, Judith P.; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. *Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left*. London and New York: Verso, 2000.



DIETZ, Mary G. *Political theory, feminist theory: an interview with Mary G. Dietz*. *Gender: dynamic*, v. 18, n. 1, p. 1-7, 2007.

EVANS, Judith *et al.* *Feminism and political theory*. London: Sage Publications, 1986.

KIRKWOOD, Julieta. *Feministas y políticas*. *Nueva Sociedad*, n. 78, p. 62-70, 1985.

MAFFIA, Diana. *Socialismo y liberalismo en la teoría política contemporánea*. In: BORON, A. (Comp.). *Filosofía política contemporánea*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. p. 173-177.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004 [versão original: *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London and New York: Verso, 1985].

MATOS, Marlise. *Os novos desafios criados pela multiplicação das identidades de gênero: para onde fomos?*. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, p. 159-174, 2002.

_____. *Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um campo analítico novo para as Ciências Humanas e Sociais*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

_____. *Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?*. *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, v. 01, p. 112-149, 2010.

MCCLURE, Kirstie. *The issues of foundation: scientized politics, politicized science, and feminist critical practice*. In: BUTLER, J. P.; SCOTT, J. W. (Ed.). *Feminists theorize the political*. New York: Routledge, 1992. p. 341-368.

MENDOZA, Breny. *Hacia una nueva teoría feminista latinoamericana (a partir del golpe de estado en Honduras)*. Disponível em: <<http://hondurasenlucha.blogspot.com/2009/11/hacia-una-nueva-teoria-feminista.html>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

MOUFFE, Chantal. *On the political*. London and New York: Routledge, 2005.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record e Editora Rosa dos Tempos, 1995 [versão original: *Feminist theory and the philosophies of man*. London and New York: Croom Helm, 1988].

PHILLIPS, Anne. *Engendering democracy*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.

RORTY, Richard. *Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática*. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Uma mapa da ideologia*. 3. reimp. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2007 [versão original: *Feminism, ideology, and deconstruction: a pragmatist view*. *Hypatia*, v. 8, n. 2, 1993, p. 96-103].

ROSE, Nikolas S. *Powers of freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.



TAYLOR, Charles. *Interpretation and the science of man*. In: MARTIN, M.; MCINTYRE, L. C. (Eds.). *Readings in the philosophy of social science*. Cambridge: MIT Press, 1994. p. 181-211 [versão original: *Interpretation and the science of man*. *Review of Metaphysics*, v. 25, p. 3-51, 1971].

YANNOULAS, Silvia; VALLEJOS, Adriana; LENARDUZZI, Zulma. *Feminismo e academia*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n.199, pp.425-51, 2000.

YOUNG, Iris. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.